



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Zona da Mata, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi ARQUIVADO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : MINERACAO VRB LTDA
CNPJ/CPF : 01.960.107/0001-44

Empreendimento : MINERACAO VRB LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Fazenda SANTA JULIANA número/km S/N Bairro ZONA RURAL Cep 36520-000
Visconde do Rio Branco - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Visconde do Rio Branco (LAT) -20.99, (LONG) -42.7881

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 2164/2022

Motivo da decisão:

As Informações Complementares que foram apresentadas estavam desprovidas de informações indispensáveis para proporcionar a continuidade da análise do processo, ou seja, as informações complementares apresentadas foram insuficientes para sanar a deficiência dos estudos apresentados, tendo o empreendedor deixado, portanto, de apresentar a complementação de informações conforme solicitado pelo órgão ambiental. Desta forma, sugere-se o arquivamento do processo SLA nº 2164/2022, nos termos do artigo 33, inciso II, do Decreto Estadual 47.383 de 02 de março de 2018, com a devida publicação no Diário Oficial do Estado e notificação do requerente.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Ubá, 08/11/2022.

Documento assinado eletronicamente por DORGIVAL DA SILVA, Superintendente, em 08/11/2022 16:30 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018.